

***CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO
– EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL***

***DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024***



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.474.708	1.095.046	Fornecedores	14	8.698.242	4.928.752
Contas a receber de clientes	7	524.901.998	508.847.475	Obrigações sociais e trabalhistas	15	18.056.479	17.253.154
Estoques	8	3.530.900	3.680.133	Obrigações fiscais	16	193.871.795	212.496.370
Impostos a recuperar		214.202	-	Parcelamentos tributários	17	10.874.916	4.618.190
Adiantamentos	9	6.751.585	6.293.235	Adiantamentos de clientes	18	31.589.619	25.057.145
Outras contas a receber	10	12.940.188	12.735.357			263.091.051	264.353.611
		550.813.581	532.651.246				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Parcelamentos tributários	17	276.340.773	240.583.478
Contas a receber de clientes	7	258.587.127	258.508.919	Provisão para passivos financeiros		-	344.194
Depósitos e bloqueios judiciais	11	5.864.184	22.221.815	Passivos em recuperação judicial	19	219.892.047	296.830.998
Partes relacionadas	26	1.168.190.410	1.091.010.212	Partes relacionadas	26	1.486.401.867	1.359.302.983
Outras contas a receber	10	74.039.385	74.039.385	Provisão para contingências	20	75.651.588	26.712.708
Investimentos	12	138.569.578	141.588.773	Outras contas a pagar		523.342	523.342
Imobilizado	13	93.866.622	93.330.314			2.058.809.617	1.924.297.703
		1.739.117.306	1.680.699.418	Passivo a descoberto / Patrimônio líquido	21		
				Capital social		96.158.326	96.158.326
				Prejuízos acumulados		(128.128.107)	(71.458.976)
						(31.969.781)	24.699.350
Total do Ativo		2.289.930.887	2.213.350.664	Total do Passivo e do Passivo a Descoberto / Patrimônio Líquido		2.289.930.887	2.213.350.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	22	39.794.538	38.325.106
Custo dos produtos vendidos	23	(21.860.723)	(19.719.298)
Resultado bruto		<u>17.933.815</u>	<u>18.605.808</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais, gerais e administrativas	23	(47.403.774)	(43.429.528)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	<u>(51.765.708)</u>	<u>(26.712.825)</u>
		(99.169.482)	(70.142.353)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>(81.235.667)</u>	<u>(51.536.545)</u>
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	25	1.050.822	747.736.072
Despesas financeiras	25	<u>(60.946.332)</u>	<u>(24.239.163)</u>
	25	(59.895.510)	723.496.909
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u>(141.131.177)</u>	<u>671.960.364</u>
Número de ações ao final do exercício	21(a)	<u>21.404</u>	<u>21.404</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício por ação		<u>(6.593,68)</u>	<u>31.394,15</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações das Mutações do Passivo a Descoberto / Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		96.158.326	(514.330.103)	(418.171.777)
Ajustes de exercícios anteriores	21(c)	-	(488.389.505)	(488.389.505)
Compensação de prejuízos fiscais e base de calculo negativa de CSLL	17(e)	-	259.300.268	259.300.268
Lucro líquido do exercício		-	671.960.364	671.960.364
Saldos em 31 de dezembro de 2024		96.158.326	(71.458.976)	24.699.350
Ajustes de exercícios anteriores	21(c)	-	84.462.046	84.462.046
Prejuízo do exercício		-	(141.131.177)	(141.131.177)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u>96.158.326</u>	<u>(128.128.107)</u>	<u>(31.969.781)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	2025	2024
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(141.131.177)	671.960.364
Ajustes por:		
Provisão para perdas com investimentos	3.019.195	-
Depreciação, amortização e exaustão do imobilizado	-	93
Provisão para passivos financeiros	(344.194)	-
Provisão para contingências	48.938.880	26.712.708
Ajustes de exercícios anteriores	84.462.046	(488.389.505)
Compensação de prejuízos fiscais e base de calculo negativa de CSLL	-	259.300.268
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício - ajustado	(5.055.250)	469.583.928
Variações das atividades operacionais		
Contas a receber de clientes	(16.132.731)	(579.675.278)
Estoques	149.233	19.050.906
Impostos a recuperar	(214.202)	1.468.466
Adiantamentos	(458.350)	20.961.176
Outras contas a receber	(204.831)	17.535.554
Depósitos e bloqueios judiciais	16.357.631	(21.174.131)
Fornecedores	3.769.490	(21.861.249)
Obrigações sociais e trabalhistas	803.325	(29.814.620)
Obrigações fiscais	(18.624.575)	221.875.270
Parcelamentos tributários	42.014.021	(225.471.153)
Adiantamentos de clientes	6.532.474	24.463.335
Outras contas a pagar	-	(6.330.131)
Passivos em recuperação judicial	(76.938.951)	47.183.616
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(48.002.716)	(62.204.311)
Atividades de investimentos		
Aplicação em investimentos	-	122.673
Adições no imobilizado	(536.308)	(421.326)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(536.308)	(298.653)
Atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	49.918.686	61.679.875
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	49.918.686	61.679.875
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.379.662	(823.089)
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	1.095.046	1.918.135
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	2.474.708	1.095.046
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.379.662	(823.089)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

1. Informações gerais

(a) Atividades operacionais

A CBE – Companhia Brasileira de Equipamento – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), que faz parte do “Grupo João Santos – GJS”, é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social: a) a fabricação e comércio de máquinas e acessórios em geral e, em especial, de máquinas e acessórios de extrusão para resinas sintéticas; b) realizar pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de jazidas minerais em geral e, em especial, pesquisar e lavrar jazidas de calcário, gipsita, caulim, bauxita, argila, sílica, óxido de ferro, bem como outros minerais de qualquer natureza, em terras de sua propriedade ou de terceiros, em todo território nacional; c) promover o beneficiamento transformação, industrialização, comercialização de calcário, argila gipsita, sílica, óxido de ferro, xelita e associados, como também outros minerais e produtos minerais de qualquer natureza, em todo o território nacional, em terras de sua propriedade ou de terceiros, seja para produção de cimento, clínquer, ou para venda “in natura”; d) adquirir, instalar e explorar estabelecimentos de cultivo e pedreiras; e) contratar a construção de obras públicas ou particulares; f) exercer atividades rurais, agrícolas, inclusive exploração pecuária e pastoril em geral, assim como a agricultura própria da região; g) praticar quaisquer operações de comércio, inclusive importação e exportação, representação, comissão e conta própria, podendo, também, participar de outras empresas comerciais e industriais; e, h) praticar quaisquer atos e operações correlatas ou decorrentes dos objetos referidos anteriormente. A Companhia possui sede na Ilha de Itapessoca, Tejucupapo, Setor Fábrica, no município de Goiana, no Estado de Pernambuco.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão e a apresentação dessas demonstrações financeiras em 22 de maio de 2026.

(b) Reestruturação

Em 21 de dezembro de 2022, foi ajuizado o pedido de Recuperação Judicial da **CBE – Companhia Brasileira de Equipamento**, que foi deferido em 23 de dezembro do mesmo ano, em conjunto com as demais empresas do **Grupo João Santos** (consolidação processual), nos termos da Lei nº 11.101/2005 (“Lei das Falências”), por meio do processo nº 0169521-37.2022.8.17.2001. Foram apontadas como principais razões do pedido: o alto grau de endividamento decorrente das garantias manifestamente excessivas e onerosas constantes dos contratos firmados com os seus credores, tendo estes ajuizado várias ações judiciais individuais requerendo a penhora de seus ativos.

Ao longo de 2025, o **Grupo João Santos** promoveu avanços estruturais relevantes no âmbito de sua Recuperação Judicial, com destaque para a atualização e consolidação da lista de credores, refletindo na transparência necessária referente ao passivo sujeito ao processo e divulgado na Nota Explicativa nº 19. Em paralelo, houve evolução consistente no cumprimento das obrigações sobre o Plano de Recuperação Judicial, com pagamentos de aproximadamente R\$69,1 milhões, contemplando as Classes I, III e IV e beneficiando 2.909 credores.



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

No mesmo período, foi intensificado o processo de mediação com credores, sustentado, em grande medida, pela recomposição de caixa decorrente da reintegração de depósitos recursais. Essa estratégia contribuiu diretamente para a construção de um ambiente evolutivo, favorecendo a adesão ao plano.

Para o ano de 2026, o **Grupo João Santos** estabelece continuidade do cumprimento das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial. Nesse sentido, um plano estruturado de liquidação de ativos não estratégicos, com foco na maximização de valor, aliado à reestruturação operacional e ao desenvolvimento de novas unidades de negócio mais eficientes, rentáveis e alinhadas às diretrizes de longo prazo. A combinação dessas iniciativas reforça o compromisso do **Grupo João Santos** e sua atual administração com a sustentabilidade financeira, a recomposição de valor para seus credores e a retomada consistente de sua capacidade de crescimento, posicionando a companhia de forma mais sólida e competitiva para os próximos ciclos.

O objetivo da nova administração é conduzir a reestruturação operacional e financeira do **Grupo João Santos**. Logo, as demonstrações financeiras ora apresentadas pressupõem a continuidade das suas operações.

(c) Desempenho operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a **CBE – Companhia Brasileira de Equipamento – Em Recuperação Judicial** apresentou prejuízos acumulados de R\$128.128.107 (R\$71.458.976 até 31 de dezembro de 2024) e passivo a descoberto de R\$31.969.781. A Administração da Companhia está envidando esforços no sentido de equacionar as operações de modo a reverter a situação a médio prazo, por meio de ações internas e o pedido de recuperação judicial, citado na Nota Explicativa 1(b). Por estes motivos, não foi efetuado nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação dos ativos ou aos valores e à classificação dos passivos, que poderia ser necessário em função do fato citado.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

2.2. Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

Passivo financeiro

a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

a) Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

b) Contas a receber de clientes e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários e outros investimentos em aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e risco insignificante de mudança de valor. Os referidos investimentos estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores decorrentes da venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal faturado e, subsequentemente, deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD” ou *impairment*), quando necessário.

A provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) é constituída com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras; (ii) instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidência objetiva de *impairment*; e, (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment* na data-base.

2.5. Estoques

São mensurados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O método de avaliação dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de materiais, custos de produção e transformação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

2.6. Investimentos

Consistem, em sua maioria, em quotas e/ou ações de sociedades e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização e/ou perdas, quando necessário.



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

2.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.8. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

2.9. Fornecedores

As contas pagar são obrigações por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados no passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, sempre que houver necessidade.



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

2.10. Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.11. Reconhecimento da receita

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos ou, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos na prestação de serviços.

Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

(a) Venda de produtos

A receita operacional da venda é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é reconhecida quando o valor dela pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido. Abrange todas as receitas de juros sobre ativos financeiros e ganhos nos instrumentos financeiros, além de juros, variações cambiais e monetárias sobre outros ativos. As receitas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, caso aplicável.



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.13. Impactos da Reforma Tributária

Reforma Tributária sobre o consumo (Emenda Constitucional 132/2023 e Lei Complementar 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023 promoveu ampla reforma no sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, instituindo a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, em substituição ao PIS, COFINS, ICMS e ISS, além da criação do Imposto Seletivo (IS).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a operacionalização desses tributos, estabelecendo regras de transição, regimes específicos e governança do sistema.

Até 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que as alterações introduzidas pela nova legislação não geraram impactos que requeiram ajustes nas demonstrações financeiras do exercício findo nessa data. Entretanto, reconhece que os impactos econômicos decorrentes da nova sistemática tributária poderão influenciar a formação de preços, margens operacionais e fluxo de caixa futuro, especialmente durante o período de transição, previsto até 2033.

A Companhia implementou as adaptações sistêmicas necessárias para atendimento às exigências relativas ao período de testes em 2026, incluindo o destaque informativo de IBS e CBS nos documentos fiscais, conforme regulamentação vigente.



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (Lei Complementar 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025 introduziu alterações nos critérios de concessão e manutenção de benefícios fiscais de natureza tributária concedidos pela União, aplicáveis, entre outros, ao IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI e contribuições previdenciárias.

A Administração avaliou os efeitos dessa legislação e concluiu que, em 31 de dezembro de 2025, não há impactos que demandem ajustes nos ativos fiscais reconhecidos ou nas estimativas contábeis relacionadas a benefícios tributários.

Avaliação contábil

A Companhia não possui ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ativos intangíveis com vida útil indefinida cujas premissas de realização estejam impactadas pela reforma tributária até a presente data.

A Administração continuará monitorando a regulamentação complementar e eventuais impactos regulatórios ou econômicos decorrentes da implementação integral da reforma tributária.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa

A Companhia efetua estudos para avaliar o registro de eventual provisão para fazer face a perdas na realização das contas a receber de clientes, considerando os riscos envolvidos e registra quando a administração identifica evidência objetiva de perda.

(b) Recuperabilidade (Impairment) estimativa de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente o ativo imobilizado. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: a) seu valor justo menos custos estimados de venda; b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes de juros e impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil, método utilizado pela Companhia.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo do grupo destes ativos.

(c) Provisão para contingências

A Companhia discute questões cíveis, trabalhistas e tributárias nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para causas judiciais.

4. Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de diretrizes da Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada periodicamente pela Administração.

A gestão de riscos é realizada pela diretoria financeira da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pela Companhia.

(b) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, quando aplicável e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

i. Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

ii. Risco de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas prefixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

iii. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

iv. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Mais de um ano
Em 31 de dezembro de 2025		
Fornecedores	8.698.242	-
Adiantamentos de clientes	31.589.619	-
Passivos em recuperação judicial	-	219.892.047
Partes relacionadas		1.486.401.867
Outras contas a pagar	-	523.342
	<u>40.287.861</u>	<u>1.706.817.256</u>
Em 31 de dezembro de 2024		
Fornecedores	4.928.752	-
Adiantamentos de clientes	25.057.145	-
Provisão para passivos financeiros	-	344.194
Passivos em recuperação judicial	-	296.830.998
Partes relacionadas		1.359.302.983
Outras contas a pagar	-	523.342
	<u>29.985.897</u>	<u>1.657.001.517</u>

(c) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2025	2024
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	2.474.708	1.095.046
Contas a receber de clientes	783.489.125	767.356.394
Adiantamentos	6.751.585	6.293.235
Outras contas a receber	86.979.573	86.774.742
Partes relacionadas	1.168.190.410	1.091.010.212
	<u>2.047.885.401</u>	<u>1.952.529.629</u>
Passivos financeiros		
Fornecedores	8.698.242	4.928.752
Adiantamentos de clientes	31.589.619	25.057.145
Provisão para passivos financeiros	-	344.194
Passivos em recuperação judicial	219.892.047	296.830.998
Partes relacionadas	1.486.401.867	1.359.302.983
Outras contas a pagar	523.342	523.342
	<u>1.747.105.117</u>	<u>1.686.987.414</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Bancos conta movimento	2.469.444	1.092.425
Aplicações financeiras	5.264	2.621
	<u>2.474.708</u>	<u>1.095.046</u>

As aplicações financeiras correspondem a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e são indexadas por taxas similares as do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, mantidos em instituições financeiras com bom *rating* de avaliação e boa reputação no mercado. A Administração considera esses ativos financeiros como equivalentes de caixa devido à sua liquidez imediata, com risco insignificante de mudança de valor.



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

7. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Duplicatas a receber - Terceiros	6.419.190	5.241.713
Duplicatas a receber - Partes relacionadas	782.237.203	766.883.920
	788.656.393	772.125.633
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(5.167.268)	(4.769.239)
	783.489.125	767.356.394
Circulante	524.901.998	508.847.475
Não circulante	258.587.127	258.508.919

O saldo a receber por data de vencimento ("aging list") está demonstrado da seguinte forma:

	2025	2024
A vencer	1.338.648	2.651.605
Vencidos		
até 30 dias	4.672.247	2.550.694
de 31 a 60 dias	2.802.347	1.938.497
de 61 a 90 dias	2.420.773	396.282
de 91 a 120 dias	2.912.599	125.488
de 121 a 180 dias	5.179.926	2.358.111
acima de 180 dias	769.329.853	762.104.956
	788.656.393	772.125.633

8. Estoques

	2025	2024
Matérias primas	138.224	284.666
Produtos acabados	-	398.924
Ordens em produção	571.809	172.884
Almoxarifado de peças para reposição e manutenção	2.931.554	2.890.811
	3.641.587	3.747.285
Provisão para perdas sobre estoques	(110.687)	(67.152)
	3.530.900	3.680.133



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

9. Adiantamentos

	2025	2024
Adiantamentos a fornecedores	5.893.220	6.043.502
Adiantamentos a fornecedores - partes relacionadas	748.953	138.232
Adiantamentos a funcionários	109.412	111.501
	<u>6.751.585</u>	<u>6.293.235</u>

10. Outras contas a receber

Refere-se a valores a receber de partes relacionadas.

11. Depósitos e bloqueios judiciais

	2025	2024
Depósitos judiciais	5.839.953	22.218.395
Bloqueios judiciais	24.231	3.420
	<u>5.864.184</u>	<u>22.221.815</u>

**CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras****Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024****(Em Reais)****12. Investimentos**

	% de participação	2025	2024
Participação no capital de outras empresas			
Agrimex – Agroindustrial Mercantil Excelsior S/A (*)	19,9520%	54.646.979	54.646.979
Celulose e Papel de Pernambuco S/A – CEPASA (*)	0,7562%	1.646.554	1.646.554
Itabuna Agropecuária Ltda. (*)	1,1060%	902.216	902.216
Itaclínica Ltda. (*)	32,6273%	60.000	60.000
Itaguarana S/A (*)	0,3818%	220.254	220.254
Itaguarema Imobiliária Ltda.	2,6667%	72.470	72.470
Itaguatinga Agro Industrial S/A (*)	24,9903%	667.224	667.224
Itaguatins S/A – Agropecuária (*)	10,2285%	705.417	705.417
Itaiguara Transportes Ltda.	0,1989%	83.850	83.850
Itaimbé Agropecuária Ltda. (*)	0,5752%	96.331	96.331
Itaituba Indústria de Cimentos do Pará S/A (*)	0,6718%	2.499.995	2.499.995
Itajubara S/A Açúcar e Alcool (*)	1,3136%	2.172.024	2.172.024
Itamaracá S/A	43,1518%	118.084.996	118.084.996
Itaocara Agropecuária Ltda.	0,6799%	68.934	68.934
Itapessoca Agro Industrial S/A (*)	7,1417%	22.636.540	22.636.540
Itapetinga Agro Industrial S/A (*)	25,4255%	20.087.396	20.087.396
Itapicuru Agro Industrial S/A (*)	3,0434%	107.811.521	107.811.521
Itapiranga Agropecuária Ltda.	49,9180%	30.740	30.740
Itapissuma S/A (*)	0,2312%	402.735	402.735
Itapuí Barbalhanse Indústria de Cimentos S/A (*)	0,0247%	30.927	30.927
Itautinga Agro Industrial S/A (*)	10,7846%	12.785.453	12.785.453
Nassau Gráfica do Nordeste S/A (*)	31,3274%	541.696	541.696
Versal Gráfica e Editora S/A	91,4429%	20.037.000	20.037.000
		366.291.252	366.291.252
Outros investimentos	-	191.588	191.588
		366.482.840	366.482.840
Perdas estimadas sobre investimentos (*)		(227.913.262)	(224.894.067)
		138.569.578	141.588.773

(*) As perdas estimadas foram constituídas sobre os investimentos em empresas que possuem passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2025. Em 2024, a Celulose e Papel de Pernambuco S/A – CEPASA, Itaguatinga Agro Industrial S/A e a Itaguatins S/A – Agropecuária apresentaram patrimônio líquido.



.18.

CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

13. Imobilizado

	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Jazidas	Imobilizado em andamento	Total
Taxas anuais de depreciação / exaustão	-	4%	10%	10%	20%	3%	-	
Em 31 de dezembro de 2024								
Saldo inicial	5.686.980	18.323.347	3.449.773	4.455.457	12.879.935	43.773.951	4.339.638	92.909.081
Baixas, líquidas de depreciação	-	-	315.443	-	-	-	105.883	421.326
Depreciação e exaustão	-	-	(93)	-	-	-	-	(93)
Saldo contábil, líquido	5.686.980	18.323.347	3.765.123	4.455.457	12.879.935	43.773.951	4.445.521	93.330.314
Custo	5.686.980	22.386.952	18.449.807	8.914.440	18.750.058	49.763.344	4.445.521	128.397.102
Depreciação / exaustão acumulada	-	(4.063.605)	(14.684.684)	(4.458.983)	(5.870.123)	(5.989.393)	-	(35.066.788)
Saldo contábil, líquido	5.686.980	18.323.347	3.765.123	4.455.457	12.879.935	43.773.951	4.445.521	93.330.314
Em 31 de dezembro de 2025								
Saldo inicial	5.686.980	18.323.347	3.765.123	4.455.457	12.879.935	43.773.951	4.445.521	93.330.314
Adições	-	-	531.982	-	-	-	4.326	536.308
Saldo contábil, líquido	5.686.980	18.323.347	4.297.105	4.455.457	12.879.935	43.773.951	4.449.847	93.866.622
Custo	5.686.980	22.386.952	18.981.789	8.914.440	18.750.058	49.763.344	4.449.847	128.933.410
Depreciação / exaustão acumulada	-	(4.063.605)	(14.684.684)	(4.458.983)	(5.870.123)	(5.989.393)	-	(35.066.788)
Saldo contábil, líquido	5.686.980	18.323.347	4.297.105	4.455.457	12.879.935	43.773.951	4.449.847	93.866.622



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

14. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores nacionais	1.705.161	3.328.132
Fornecedores de partes relacionadas	6.993.081	1.600.620
	<u>8.698.242</u>	<u>4.928.752</u>

Durante o exercício de 2025, a Companhia não realizou operações de “Risco Sacado”, que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	2025	2024
Salários a pagar	650.116	584.675
INSS a recolher	1.924.673	225.611
FGTS a recolher	618.109	14.813.897
Provisão de férias e encargos sociais	14.759.575	1.625.253
Outras obrigações sociais e trabalhistas	104.006	3.718
	<u>18.056.479</u>	<u>17.253.154</u>

16. Obrigações fiscais

	2025	2024
IRRF a recolher	269.158	220.674
ICMS a recolher (i)	172.282.297	197.932.526
ISS a recolher	3.636.527	142.069
IRPJ a recolher	1.030.579	23.582
CSLL a recolher	379.649	-
Dívida ativa - Débitos previdenciários	107.106	329.984
Dívida ativa - Débitos não previdenciários	15.612.242	13.372.292
Outras obrigações fiscais	554.237	475.243
	<u>193.871.795</u>	<u>212.496.370</u>

- (i) Referem-se, basicamente, a débitos de ICMS gerados entre 2005 e 2024, os quais encontram-se em negociação junto a secretarias estaduais de fazenda.



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

17. Parcelamentos tributários

	2025	2024
Parcelamentos federais (a)	1.543.428	-
Parcelamentos estaduais (b)	60.414.891	48.796.266
Parcelamentos municipais (c)	212.584	286.264
Parcelamento FGTS - PGFN (d)	18.783.499	17.559.850
Transação PGFN (e)	206.261.287	178.559.288
	<u>287.215.689</u>	<u>245.201.668</u>
Circulante	10.874.916	4.618.190
Não circulante	276.340.773	240.583.478

- (a) Refere-se a parcelamento de débitos referentes a IRRF, INSS, PIS e PIS/COFINS/CSLL, cuja homologação ocorreu em 2025 e foram negociados para pagamento em até 60 parcelas. Em 31 de dezembro de 2025 restavam 53 parcelas a serem liquidadas.
- (b) Em dezembro de 2024, foram negociados junto ao Governo do Estado do Espírito Santo débitos de ICMS gerados entre 2013 e 2024, cujas liquidações se darão em até 145 meses.
- (c) Em dezembro de 2023, foram renegociados junto à Prefeitura de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, débitos de ISS oriundos de parcelamentos inativos até 2023, cuja liquidação se dará em até 60 meses.
- (d) Em janeiro de 2024, foram negociados junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN débitos de FGTS originados entre os anos de 1997 e 2017, cuja liquidação se dará em até 105 meses.
- (e) O **Grupo João Santos**, do qual a **CBE – Companhia Brasileira de Equipamento – Em Recuperação Judicial** faz parte, firmou acordo, em agosto de 2023, de Transação Tributária junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”), com o fito de regularizar as dívidas fiscais existentes e inscritas em dívida ativa até dezembro de 2022, em nome das suas quarenta e uma empresas, no montante aproximado de R\$10,7 bilhões. Após meses de negociação e definições sobre o grau de recuperabilidade da dívida, a PGFN e o **Grupo João Santos** chegaram a termos da transação que resultaram na redução de aproximadamente 86% do valor inscrito em dívida ativa, sendo 64% referentes a descontos de multa e juros e 22% referentes a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro. No caso da **CBE – Companhia Brasileira de Equipamento – Em Recuperação Judicial**, os montantes envolvidos montaram a R\$747.726.064 e R\$259.300.268, respectivamente, registrados no exercício de 2024.



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

A efetivação do pagamento inicial de R\$230.000.000 para consolidação da transação foi realizada nos dias 31 de janeiro e 29 de fevereiro de 2024, nos valores de R\$ R\$150.000.000 e R\$80.000.000, respectivamente, obedecendo todas as cláusulas vigentes para celebração do referido acordo, de forma que foram refletidos os impactos de descontos e compensação de prejuízos fiscais no exercício de 2024.

Em conformidade com a Portaria PGFN nº 6.757/2022, diversas empresas do **Grupo João Santos** realizaram, em setembro de 2025, o aditamento da transação tributária originalmente celebrada em setembro de 2023. O referido aditamento permitiu a inclusão de débitos cujo fato gerador é anterior à celebração da transação original. Como resultado, o montante consolidado de débitos, no valor de R\$261.409.007, foi objeto de reestruturação, com aplicação de descontos, no montante de R\$197.051.723 e utilização de prejuízos fiscais acumulados da **Cimentos do Brasil S/A – CIBRASA – Em Recuperação Judicial**, no montante de R\$64.357.284, resultando em R\$42.904.856. Os descontos obtidos pela **CBE – Companhia Brasileira de Equipamento – Em Recuperação Judicial** montam a R\$389.262, registrados no exercício de 2025.

O prazo final para quitação do parcelamento é 31 de dezembro de 2033.

18. Adiantamentos de clientes

	2025	2024
Adiantamentos de clientes - Terceiros	771.225	731.284
Adiantamentos de clientes - Partes relacionadas	30.818.394	24.325.861
	<u>31.589.619</u>	<u>25.057.145</u>

19. Passivos em recuperação judicial

	2025	2024
Fornecedores	169.106.897	203.215.697
Instituições financeiras	2.895.597	22.484.953
Credores trabalhistas	47.889.553	71.130.348
	<u>219.892.047</u>	<u>296.830.998</u>

Referem-se aos valores apresentados na lista de credores atualizada relativos a Recuperação Judicial, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1(b).



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

20. Provisão para contingências

(a) Perdas prováveis, provisionadas no balanço

A Companhia é parte envolvida em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A Companhia estima os seguintes desembolsos prováveis de caixa:

	2025	2024
Cível	2.094.185	1.552.408
Trabalhista	24.048.827	1.820.002
Tributária	49.508.576	23.340.298
	<u>75.651.588</u>	<u>26.712.708</u>

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia possui ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. Os montantes envolvidos estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Cível	76.886.840	14.517.625
Trabalhista	8.040.160	-
	<u>84.927.000</u>	<u>14.517.625</u>

**CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras****Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024****(Em Reais)****(c) Processos transitados em julgado – Decisão STF**

No dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada).

A administração da Companhia efetuou um inventário dos processos tributários transitados em julgado para os quais utiliza o benefício de repercussão geral e não identificou situações existentes e que podem ser impactadas pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

21. Passivo a descoberto / Patrimônio líquido**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$96.158.326, dividido em 21.404 ações, no valor nominal de R\$4.492,54 cada uma, sendo 7.896 ações ordinárias e nominativas e 13.508 ações preferenciais, resgatáveis, nominativas e classe “A”, distribuído da seguinte forma:

Acionista	2024 e 2023	
	Participação (%)	Valor (R\$)
João Pereira dos Santos (Espólio)	64,16%	61.695.182
Nassau Administração e Participações Ltda.	16,14%	15.519.954
Itaberaba Agropecuária Ltda.	11,52%	11.077.439
Itapuí Barbalhense Indústria de Cimentos S/A	4,37%	4.202.119
Itabira Agro Industrial S/A	1,04%	1.000.047
Itaguassu Agro Industrial S/A	1,04%	1.000.047
Itapuama Agro Industrial e Serviços Ltda	1,04%	1.000.047
Outros acionistas	0,69%	663.491
	100,00%	96.158.326



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

(b) Destinação do lucro do exercício

O lucro líquido da Companhia terá a seguinte destinação, conforme estatuto:

- 5% para constituição de reserva legal, até que atinja 20% do capital social;
- Provisão para importância necessária para as despesas do exercício seguinte e para a manutenção da sociedade;
- O saldo remanescente será objeto de deliberação em Assembleia Geral.

(c) Ajustes de exercícios anteriores

	2025	2024
Regularização de saldos patrimoniais, líquido	35.039.819	(441.061.053)
Ajustes do saldo de passivos em recuperação judicial	49.422.227	(47.328.452)
	<u>84.462.046</u>	<u>(488.389.505)</u>

22. Receita operacional líquida

	2025	2024
Receitas brutas		
Vendas brutas de produtos	55.241.543	51.225.473
	<u>55.241.543</u>	<u>51.225.473</u>
Deduções		
Tributos sobre vendas	(12.486.525)	(12.900.367)
Devoluções	(2.960.480)	-
	<u>(15.447.005)</u>	<u>(12.900.367)</u>
	<u>39.794.538</u>	<u>38.325.106</u>



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

23. Custos e despesas por natureza

	2025	2024
Explosivos e detonantes	(1.106.759)	(928.464)
Insumos	(640.187)	(1.012.441)
Combustíveis e lubrificantes	(4.576.580)	(4.614.421)
Energia elétrica	(531.333)	(446.315)
Manutenções	(1.345.114)	(3.104.575)
Materiais de reposição	(3.122.021)	(3.769.679)
Salários e ordenados	(9.905.351)	(8.046.858)
INSS e FGTS	(4.190.728)	(2.804.556)
13º salário e férias	(2.259.717)	(1.810.884)
Programa de alimentação do trabalhador - PAT	(1.305.638)	(215.037)
Serviços prestados - Pessoas física e jurídica	(30.219.417)	(25.092.585)
Sistemas e processamento de dados	(869.573)	(696.513)
Fretes	(1.973.249)	(333.107)
Aluguéis	(1.839.735)	(2.187.036)
Impostos, taxas e contribuições	(2.053.885)	(2.281.743)
Custas processuais	(256.630)	(2.822.062)
Outros custos e despesas	(3.068.580)	(2.982.550)
	<u>(69.264.497)</u>	<u>(63.148.826)</u>
Custo dos produtos vendidos	(21.860.723)	(19.719.298)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	<u>(47.403.774)</u>	<u>(43.429.528)</u>
	<u>(69.264.497)</u>	<u>(63.148.826)</u>



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2025	2024
Outras receitas		
Aluguéis	81.645	18.673
Sucatas	161.807	48.862
Outras	3	-
	<u>243.455</u>	<u>67.535</u>
Outras despesas		
Perdas com estoques obsoletos	(43.535)	(67.152)
Provisão para perdas com investimentos	(3.019.195)	-
Provisão para contingências	(48.938.880)	(26.712.707)
Tributos incidentes	(7.553)	(501)
	<u>(52.009.163)</u>	<u>(26.780.360)</u>
	<u>(51.765.708)</u>	<u>(26.712.825)</u>

25. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Descontos obtidos sobre tributos (i)	389.262	747.726.064
Outras receitas financeiras	661.560	10.008
	<u>1.050.822</u>	<u>747.736.072</u>
Despesas financeiras		
Juros e multas sobre impostos e contribuições	(34.168.111)	(7.640.198)
Atualização monetária sobre tributos	(26.663.227)	(16.578.356)
Outras despesas financeiras	(114.994)	(20.609)
	<u>(60.946.332)</u>	<u>(24.239.163)</u>
	<u>(59.895.510)</u>	<u>723.496.909</u>

(i) Referem-se aos efeitos do desconto de multas e juros, decorrentes da transação efetuada junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme descrito na Nota Explicativa nº 17(e).



CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

26. Partes relacionadas

	2025	2024
Ativo circulante		
<u>Contas a receber de clientes</u>		
Cimentos do Brasil S/A – CIBRASA	345.616.984	328.901.511
Companhia Agro Industrial de Goiana	1.226.733	1.226.733
Itabira Agro Industrial S/A	25.825.511	25.940.712
Itagarana S/A	687.607	687.607
Itaguassu Agro Industrial S/A	13.408.497	13.345.388
Itaituba Indústria de Cimentos do Pará S/A	58.219.530	58.219.530
Itapessoca Agro Industrial S/A	81.112.020	81.112.020
Itapetinga Agro Industrial S/A	7.783.679	9.180.060
Itapicuru Agro Industrial S/A	190.380.989	190.372.913
Itapissuma S/A	45.732.155	45.732.155
Itapuí Barbalhanse Indústria de Cimentos S/A	9.981.210	9.981.210
Itautinga Agro Industrial S/A	1.859.149	1.859.149
Outros	403.139	324.932
	<u>782.237.203</u>	<u>766.883.920</u>
<u>Adiantamentos</u>		
Itabira Agro Industrial S/A	610.721	-
Itapessoca Agro Industrial S/A	130.825	130.825
Outros	7.407	7.407
	<u>748.953</u>	<u>138.232</u>
<u>Outras contas a receber</u>		
Acionistas	43.371.642	43.166.811
Itaplanos Consultoria e Planejamentos Ltda.	31.353.777	31.353.777
Pedra Firme Ltda.	12.250.000	12.250.000
Outros	4.154	4.154
	<u>86.979.573</u>	<u>86.774.742</u>
Passivo circulante		
<u>Fornecedores</u>		
Itabira Agro Industrial S/A	6.992.837	1.600.376
Outros	244	244
	<u>6.993.081</u>	<u>1.600.620</u>
<u>Adiantamentos de clientes</u>		
Cimentos do Brasil S/A – CIBRASA	6.659.781	6.659.781
Itabira Agro Industrial S/A	5.376.787	2.704.991
Itapicuru Agro Industrial S/A	18.732.603	14.913.181
Outros	49.223	47.908
	<u>30.818.394</u>	<u>24.325.861</u>



.28.

CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

A seguir estão demonstradas as operações entre partes relacionadas, cujos prazos de vencimento são indeterminados e não há atualização monetária nem incidência de juros sobre as referidas transações:

	Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	2025	2024	2025	2024
Agrimex – Agroindustrial Mercantil Excelsior S/A	135.863.917	135.285.714	1.073.620	473.040
Celulose e Papel de Pernambuco S/A – CEPASA	21.989.906	16.582.544	5.839.505	5.292.020
Cimentos do Brasil S/A – CIBRASA	3.996.145	4.224	74.831.923	31.105.194
Companhia Agro Industrial de Goiana	27.236.496	12.782.426	159.436.502	146.372.108
Itaberaba Agropecuária Ltda.	3.980	3.980	12.331.232	12.331.683
Itabira Agro Industrial S/A	40.188.635	33.545.939	20.928.659	11.707.998
Itaguarana S/A	4.580.455	3.381.760	8.865.221	8.865.221
Itaguarema Imobiliária Ltda.	36.291	7.240	204.088.699	204.003.832
Itaguassu Agro Industrial S/A	3.228.105	2.513.482	63.323.753	63.323.753
Itaguatinga Agro Industrial S/A	847.867	191.675	34.237.247	34.055.447
Itaguatins S/A – Agropecuária	6.657.745	6.657.364	-	-
Itaiguara Transportes Ltda.	57.883	56.718	50.536.299	50.536.299
Itaimbé Agropecuária Ltda.	3.345	3.345	37.898.035	37.898.035
Itaipava S/A	383.281	132.347	6.022.070	5.992.772
Itaituba Indústria de Cimentos do Pará S/A	17.730.836	11.669.927	72.137.450	71.642.532
Itajubara S/A Açúcar e Álcool	79.228.776	76.887.358	4.931.215	4.541.351
Itamaracá S/A	34.970	34.970	45.982.343	45.993.470
Itapagé S/A Celulose e Papéis e Artefatos	72.621.578	72.619.514	375.506	-
Itapessoca Agro Industrial S/A	76.759.611	75.558.032	9.365.401	9.069.764
Itapetinga Agro Industrial S/A	179.172.580	176.542.361	2.916.882	154.057
Itapicuru Agro Industrial S/A	15.587.089	7.862.159	82.786.684	81.595.817
Itapissuma S/A	15.053.895	12.702.151	115.098.002	115.099.954
Itapitanga Indústria de Cimentos de Mato Grosso S/A	16.088.854	16.087.779	43.725	43.725
Itapuama Agroindustrial e Serviços Ltda.	4.067.648	3.264.700	169.973.412	169.975.031
Itapuí Barbalhanse Indústria de Cimentos S/A	43.681.315	38.178.923	13.584	95.560
Itauna Agro Pecuária e Mecanização Ltda.	491.301	445.976	39.017.306	39.017.702
Itautinga Agro Industrial S/A	250.317.374	245.526.573	323.198	194.536
Mamoaba Agro Pastoral S/A	34.477.645	33.632.032	726.261	433.753
Nassau Administração e Participações Ltda.	17.569.397	10.571.338	213.053.816	160.984.190
Nassau Editora, Rádio e Televisão Ltda.	3.983.760	2.822.941	43.339.853	43.309.853
Sociedade de Táxi Aéreo Weston Ltda.	88.995.328	88.476.322	6.599	-
Acionistas	-	-	4.699.986	4.699.986
Outros	7.254.402	6.978.398	2.197.879	494.300
	<u>1.168.190.410</u>	<u>1.091.010.212</u>	<u>1.486.401.867</u>	<u>1.359.302.983</u>

27. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía apólices de seguros contratados para cobrir eventuais perdas com sinistros de ativos ou operacionais.

* * *